

4. Proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024.

Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) e do n.º 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e da alínea b) do artigo 14.º, n.º 2 do artigo 16.º e artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE EXECUTIVO MUNICIPAL

N.º Informação: 84193

Data: 29/09/2023

Assunto: LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2024

PROPOSTA: Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2024, com vista a submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º e do artigo 18º, todos a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Considerando:

- Que a Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), na alínea c) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais;
- Que o artigo 18º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca:

- a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território;
- b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do artº 18, nº 22 do mesmo diploma, deliberar, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 16.º, através de regulamento, a criação de isenções de derrama.

Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este

órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º e do artigo 18º, todos a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro o seguinte:

O lançamento de uma derrama para 2024 nos seguintes moldes:

Escalão por volume de negócios	Taxa aplicável	Norma Habilitante
Inferior ou igual a 150.000,00€	Isenção	Alínea a) do n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, aprovado pela Assembleia Municipal de Braga, em sessão extraordinária realizada no dia 12 de maio de 2023
As empresas que apresentem CAE Principal 471, 472, 474, 475, 476, 477 478, 479, 561 e 563 e cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 600.000,00€	Isenção	Alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, aprovado pela Assembleia Municipal de Braga, em sessão extraordinária realizada no dia 12 de maio de 2023
Mais do que 150.000,00€	1,5%	

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Ricardo Rio